

# A FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS PARA ATENDIMENTO À COMUNIDADE SURDA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Cauê Jucá Ferreira Marques<sup>1</sup>  
Giordana Nascimento de Freitas e Silva<sup>2</sup>  
Clemilda dos Santos Sousa<sup>3</sup>

## RESUMO

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida por meio da Lei 10.436/02, a qual foi regulamentada pelo Decreto 5.626/05, que determina a oferta da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura e dá outras providências. Dez anos depois, quando promulgada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13.146/15, foram apresentadas seis barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no país, entre elas a barreira informacional. Com o aumento dessa demanda na Universidade, surgiu no ano de 2018, a Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência (SAPD) no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC), que desenvolve, dentre outros, o projeto “Deficiência e preconceito: textos e contextos”. Este busca capacitar os bibliotecários do Sistema para o atendimento a usuários com deficiência, oferecendo atividades como o minicurso de Libras, objeto deste relato de experiência. Amparado nas produções de Sousa *et al.* (2010), Quadros (1997), Skliar (1997), Gesser (2012) e na legislação vigente (BRASIL, 2002; 2005; 2015), objetiva apresentar as impressões dos bibliotecários participantes do minicurso de Libras ofertado pela SAPD entre 8 de abril e 6 de maio de 2019, analisando a qualidade do atendimento antes e depois da experiência, bem como a mudança de concepção sobre surdez, sujeito surdo e língua de sinais. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário misto aplicado entre os dias 2 e 7 de julho de 2019 por meio do qual se constatou a melhoria no atendimento aos usuários surdos e a necessidade de um processo contínuo e duradouro de capacitação.

**Palavras-chave:** Língua Brasileira de Sinais, Biblioteca Universitária, Pessoa com Deficiência, Inclusão.

## INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida por meio da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, marco legal e histórico no qual o Estado se compromete a apoiar o uso e a difusão dessa língua. Três anos mais tarde, o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 regulamenta essa lei e estabelece ações que garantam aos surdos brasileiros o acesso à educação

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Ceará – UFC, Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Inovação (PIBI/UFC) na Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência do Sistema de Bibliotecas da UFC (SAPD); [cacajucaf@gmail.com](mailto:cacajucaf@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Ciência da Informação; Bibliotecária da Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência do Sistema de Bibliotecas da UFC (SAPD); [giordana.nascimento@gmail.com](mailto:giordana.nascimento@gmail.com);

<sup>3</sup> Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior; Bibliotecária chefe da Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência do Sistema de Bibliotecas da UFC (SAPD); [cleoufc@gmail.com](mailto:cleoufc@gmail.com). (83) 3322.3222

e à informação em sua língua materna, tratando, entre outros aspectos, da inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e do curso de Licenciatura em Letras Libras.

Para atender à demanda da legislação, a Universidade Federal do Ceará propôs em 2012 a implantação do Curso de Licenciatura em Letras: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), vinculado ao Centro de Humanidades, dando prioridade aos candidatos surdos na oferta de vagas. Com isso, o número de estudantes surdos cresceu consideravelmente na UFC. De acordo com a Secretaria de Acessibilidade – UFC Incluir – há um total de 359 estudantes com deficiência regularmente matriculados, dos quais 58 são surdos e deficientes auditivos<sup>4</sup>, dado que representa 0,85% dos índices nacionais: 6.789 estudantes universitários surdos e deficientes auditivos (INEP, 2018).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, promulgada tardiamente em relação aos demais mecanismos legais, define as seis barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no Brasil, a saber: urbanística, arquitetônica, nos transportes, nas comunicações, na informação, atitudinal e tecnológica. Sobre educação, a Lei estabelece que, cabe ao poder público, promover a construção de um sistema educacional que propicie o aprendizado permanente mediante a salvaguarda de circunstâncias que permitam o acesso, a permanência e atuação efetiva das pessoas com deficiência em todas as fases do ensino.

Para tanto, preconiza que devem ser disponibilizados serviços e produtos acessíveis que excluam as barreiras no ambiente escolar e acadêmico e oportunizem a inclusão. Com efeito, garantir permanência na Universidade significa, entre outras ações, desenvolver políticas institucionais de incentivo “à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis [...] com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação” (BRASIL, 2015).

Buscando sanar a barreira nas comunicações, na informação e na tecnologia, a Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência, vinculada ao Sistema de Bibliotecas da UFC foi criada enquanto política institucional no ano de 2018 com o objetivo de

[...] atender à comunidade acadêmica com deficiência em suas demandas por informação científica, durante seu processo de ensino-aprendizagem, através de ações que efetivam a acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da UFC, em parceria com as comissões especializadas de estudo conforme sua singularidade e demais unidades acadêmicas envolvidas no processo de inclusão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2018).

<sup>4</sup> Os surdos constituem-se enquanto comunidade organizada em torno das línguas de sinais, portanto consideram-na como marca da identidade surda. Desse modo, a surdez deixa de ser vista sob o campo da deficiência e passa a ser entendida como diferença linguística. Por outro lado, a legislação brasileira ainda trata essa comunidade sob o viés clínico-terapêutico, considerando-a deficiente (SKLIAR, 1997; BRASIL, 2005).

Com atuação voltada majoritariamente à produção de material acessível para estudantes cegos e com baixa visão, a SAPD é incumbida de cinco eixos principais de atuação, entre estes destacamos o projeto “Deficiência e preconceito: textos e contextos” que, dentre outras atividades, promove capacitações, cursos e oficinas para os bibliotecários do Sistema, com o objetivo de aprimorar o atendimento a usuários com deficiência, bem como desmistificar conceitos equivocados sobre deficiência enraizados no imaginário social. Uma das ações vinculadas a esse projeto é a oferta de minicursos de Libras para os servidores do Sistema de Bibliotecas da UFC.

Nessa perspectiva, este estudo versa sobre a experiência de ensino de Libras com servidores ouvintes da Biblioteca Central do Campus do Pici Prof. Francisco José de Abreu Matos (BCCP) e da Biblioteca de Ciências Humanas (BCH). A coleta de dados se deu por meio de questionário misto, ou seja, com itens discursivos e de múltipla escolha, cujas respostas evidenciaram a melhoria no atendimento aos usuários surdos e a necessidade de um processo contínuo e duradouro de capacitação.

## **METODOLOGIA**

A experiência que buscamos relatar aqui tem foco no ensino de Libras como L2 (segunda língua) para ouvintes servidores do Sistema de Bibliotecas da UFC. A princípio, elaboramos a ementa do minicurso, que foi ministrado por um bolsista da SAPD e também licenciando em Letras Libras. Tanto a Turma 1, na Biblioteca Central do Campus do Pici Prof. Francisco José de Abreu Matos (BCCP), como a Turma 2, na Biblioteca de Ciências Humanas (BCH), tiveram 6 participantes. Em cinco encontros com duração de 3h entre os dias 8 de abril e 6 de maio de 2019, buscou-se oferecer aos alunos condições básicas para comunicação com usuários surdos durante o atendimento. Na construção da ementa, buscamos aliar questões relacionadas à comunidade surda à língua de sinais:

Surdez: conceitos e terminologias; a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a modalidade visoespacial; cultura surda. Vocabulário básico; atividades de conversação. Sinalário referente à área de atuação profissional do público-alvo. Atividades de simulação de situações cotidianas na biblioteca. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2019, p. 1)

Os cinco encontros foram divididos da seguinte forma:

- **1º encontro:** Libras? Que língua é essa? (GESSER, 2009); Surdez: conceitos e concepções; Alfabeto manual e números; Saudações; Diálogo sinalizado.
- **2º encontro:** Setores e campi da UFC; Vocabulário voltado à universidade; Verbos simples; Mídias sociais; Diálogo sinalizado.
- **3º encontro:** Animais; Termos e expressões da biblioteca; Atividade prática: Tiradúvidas sobre a biblioteca.
- **4º encontro:** Localidades públicas (em geral e do Ceará); Orientação espacial.
- **5º encontro:** Revisão geral; Apresentação e discussão de vídeos em Libras; Diálogos sinalizados; Feedback geral do curso.

Dois meses após o término do curso, entre os dias 2 e 10 de julho de 2019, aplicou-se um questionário misto aos participantes com o objetivo de verificar a qualidade do atendimento a usuários surdos durante esse período. O questionário com três seções (Dados Pessoais, Sobre o aprendizado de Libras e Sobre o atendimento a usuários surdos) buscou identificar as percepções dos servidores acerca da mudança de concepção em relação à surdez e comunidade surda e o seu nível de interesse no aprendizado da língua.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), este instrumento de coleta de dados tem devolução média de 25%. Em nosso caso, 10 dos 12 participantes do minicurso (83%) responderam ao questionário, configurando a amostra como satisfatória. Por fim, analisamos os dados obtidos à luz das produções de Sousa *et al.* (2010) e IFLA (2010), que tratam da relação entre comunidade surda e bibliotecas; Quadros (1997), que aborda a aquisição de Libras; Skliar (1997; 2016), sobre os modelos de surdez e seus impactos sociais; Gesser (2006; 2009; 2012), acerca do ensino de Libras como L2; e na legislação vigente, sobretudo a Lei 10.436/02, o Decreto 5.626/05 e a Lei 13.146/15 (BRASIL, 2002; 2005; 2015).

Desse modo, este estudo quali-quantitativo caracteriza-se como descritivo-exploratório, pois tem como objetivo “descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.188).

## A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A COMUNIDADE SURDA

A barreira comunicacional e informacional, que pode ser compreendida como a falta de informações produzidas e disseminadas em Libras, configura a biblioteca como um ambiente de difícil acesso à comunidade surda, afinal a língua utilizada em todos os setores é o português

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

falado. Por outro lado, a Lei 10.436/02 define que “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002, s/pág.), desde que, conforme regulamentado pelo decreto 5.626/05, como segunda língua (L2).

Considerando que a defesa da educação bilíngue<sup>5</sup> para surdos é relativamente recente na história da educação brasileira, pode-se concluir que ainda há uma série de desafios e falhas a se enfrentar. Na biblioteca, a ausência de materiais na língua materna dos surdos é uma delas mesmo após a publicação das *Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos* (2000), pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), onde são apresentadas orientações internacionais com destaque à comunicação e aos serviços oferecidos pelas bibliotecas. Em pesquisa pelo termo “Libras” com o filtro “mídias” (DVDs e CD-ROMs) no *Pergamum*, catálogo online do Sistema de Bibliotecas da UFC, pode-se encontrar 19 títulos em língua de sinais, número que representa apenas aproximadamente 0,04% do total de 45.817 títulos do acervo da Biblioteca de Ciências Humanas.

Além disso, as informações disponibilizadas no site da biblioteca nem sempre são claras aos usuários surdos utentes da Libras. Com isso, nota-se que, embora o acesso à informação seja um direito assegurado, ainda não é uma realidade, visto que acessibilidade é “palavra nova para muitos, mas de demanda secular para outros” (SOUSA *et. al.*, 2010, p. 3). Portanto, faz-se urgente que a sociedade e, especificamente, a Universidade, se empoderem do novo e, mais que isso, incorporem-no à sua prática cotidiana, promovendo ações e desenvolvendo serviços e produtos que garantam a isonomia no atendimento e no acesso à informação a todos os usuários.

## O OUVINTE E A CULTURA SURDA

O imaginário dos ouvintes continua rodeado de equívocos acerca da comunidade surda e das pessoas com deficiência. Para essa maioria “dita normal”, esses grupos são vistos sob a ótica do modelo médico de deficiência. Segundo Diniz (2012), esse modelo define a deficiência como uma lesão que impossibilita a participação social do sujeito, que necessita de reabilitação. A partir dos anos de 1970, a deficiência deixou de ser estudada apenas no campo da saúde e passou a ser objeto de estudo também das ciências humanas, o que pode ser considerado como

---

<sup>5</sup> “O objetivo do modelo bilíngue é criar uma identidade bicultural, pois permite à criança surda desenvolver suas potencialidades dentro da cultura surda e aproximar-se, por intermédio dela, à cultura ouvinte.” (SKLIAR, 1997, p. 136)

uma revolução que desafiou a soberania biomédica, afinal passou a compreender a surdez, a cegueira, a lesão medular, entre outros, como um modo diferente de viver.

Sobre a surdez, o modelo socioantropológico passou a ser defendido em meados dos anos 60 como um contraponto ao modelo clínico-terapêutico, que compreendia a surdez como um déficit biológico, não como uma diferença cultural e linguística (SKLIAR, 1997).

A hegemonia do saber médico, a campanha midiática de patologização do surdo e o etnocentrismo possivelmente contribuem com o fortalecimento de crenças ouvintistas<sup>6</sup> no imaginário ouvinte. Strobel (2008) exemplifica uma série de questionamentos dos ouvintes sobre os surdos, entre elas se eles são capazes de aprender a ler ou de possuírem o título de mestres, e questiona: “Que tipo de representação social o médico [e muitos ouvintes] tem de sujeitos surdos? Seres que não são capazes de estudarem e fazerem mestrado?” (STROBEL, 2008, p. 24).

Essa concepção patológica de surdez aliada à crença de que o corpo ouvinte é modelo a ser seguido pelo surdo em seu processo de “cura” causa um choque nos ouvintes quando se deparam com surdos ocupando espaços sociais historicamente negados. A partir de então se inicia um processo de (re)conhecimento desse sujeito, dessa comunidade e da língua que eles utilizam como completo meio de comunicação e expressão. Gesser (2006, p.36-37) relata a sua mudança de concepção sobre o surdo a partir de um aborrecimento causado à professora pela utilização de termos como “surdo-mudo” ou “deficiente auditivo”:

Recordo-me de todas as vezes em que ela me interrompia para que eu me referisse ao surdo como surdo, e não como deficiente-auditivo, surdo-mudo, ou mudo. De fato, em função de meu desconhecimento de tudo que reverberava nesses nomes, não percebi, naquele momento, a carga semântica negativa que conotavam. Então, vez por outra me referia aos surdos como “deficientes auditivos”, e, em um dado momento da nossa conversa, a professora, irritadíssima e em um tom muito alterado, falou: “Surdo! Surdo! Você deve chamá-los de surdos! Se você pretende fazer pesquisa sobre estes indivíduos, por favor, eles são surdos e não deficientes!”

Isso deixa nítido que a comunidade surda traçou suas representações políticas, o que nos remete ao lema “*Nada Sobre Nós, Sem Nós*”, do clássico artigo de Rowland (1981). De fato, a política é um artefato marcante da cultura surda, assim como a língua de sinais. (STROBEL, 2008). Assim, diferente da língua portuguesa, que é de modalidade oral-auditiva, a Libras é uma língua visual-espacial (GESSER, 2006) que apresenta os mesmos níveis de análise linguística das demais línguas, sendo possível, portanto, o seu aprendizado como primeira

---

<sup>6</sup> “Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte.” (SKLIAR, 2016, p.15).

língua (L1) ou segunda língua (L2). Aqui, trataremos dessa língua como L2, ou seja, para os ouvintes a Libras é uma língua estrangeira<sup>7</sup>, que não é sua língua materna, mas que possibilita, a partir da interação ouvinte/surdo, uma nova organização do mundo. Diante disso, o “aprender Libras” se configura como um choque duplo: além de não ser a língua materna dos ouvintes, tem modalidade diferente desta.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

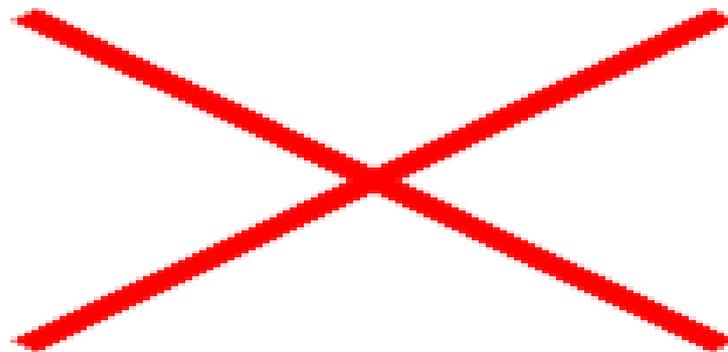
### Perfil dos alunos

Dos 10 servidores que participaram da pesquisa, 7 (70%) são do gênero feminino e 3 (30%) do gênero masculino, 5 (50%) têm ensino superior completo e 5 (50%) têm cursos de pós-graduação. Sobre a faixa etária, 4 (40%) estão entre 30 e 40 anos, 3 (30%) entre 20 e 30 anos, 2 (20%) entre 40 e 50 anos e 1 (10%), entre 50 e 60 anos. Ao todo, participaram servidores de quatro bibliotecas da UFC, a saber: Biblioteca Central do Campus do Pici Prof. Francisco José de Abreu Matos (BCCP), com 5 servidores (50%); Biblioteca de Ciências Humanas (BCH), com 2 servidores (20%); Biblioteca das Casas de Cultura Estrangeira (BCCE), com 2 servidores (20%) e Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (BFEAAC), com 1 servidor (10%).

### Sobre o minicurso

Acerca do contato dos servidores com a Libras, observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Experiência inicial com a Libras



Fonte: elaborado pelos autores.

Descrição: Gráfico de setores que ilustra os dados apresentados no parágrafo anterior. Primeiro contato com Libras em: Curso básico de Libras, em azul (4 participantes, 50% dos respondentes); Disciplina de

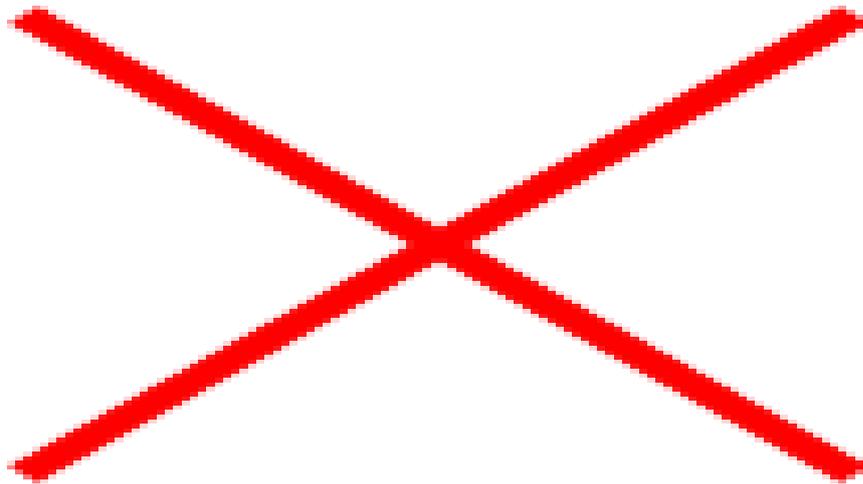
<sup>7</sup> É um paradoxo tratar a Libras como estrangeira já que ela é uma língua brasileira (GESSER, 2006) 3322.3222

Libras na graduação, em laranja (3 participantes, 38% dos respondentes); Amigos, em cinza (1 participante; 13% dos respondentes).

8 (80%) participantes tiveram seu primeiro contato com a Libras em experiências anteriores ao minicurso ofertado pela SAPD, enquanto apenas 2 (20%) tiveram o seu primeiro contato nesse momento. Destes 8 (80% do total de respondentes), 4 (50%) conheceram a Libras por meio de curso básico, 3 (37,5%) a partir da disciplina de Libras durante a graduação e 1 (12,5%), através de amigos. No primeiro caso, pode-se levantar duas hipóteses: na primeira, esses cursos básicos são ofertados pela Universidade e buscam difundir a língua, acatando ao estabelecido na Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), enquanto na segunda a procura independente pelo aprendizado indicaria a crescente, embora discreta, visibilidade da Libras no meio social. No segundo caso, veem-se os resultados positivos da obrigatoriedade do ensino de Libras nas licenciaturas e cursos de fonoaudiologia e da oferta da disciplina optativa nos demais cursos (BRASIL, 2005).

Por fim, sobre os pensamentos equivocados dos alunos que foram esclarecidos durante o minicurso, vejamos as respostas no gráfico 2:

Gráfico 2 - Concepções errôneas dos participantes do minicurso



Fonte: elaborado pelos autores.

Descrição: Gráfico de barras em azul que apresenta a quantidade de participantes que tinham determinadas crenças sobre surdez, sujeito surdo, Libras e cultura surda, a saber: Libras é linguagem (7 participantes), Surdo é surdo-mudo (7 participantes), Libras é o português gestual (6 participantes), Libras é um conjunto de gestos (5 participantes), A surdez é um problema para o surdo (4 participantes), É impossível escrever em Libras (4 participantes), Libras não tem gramática (3 participantes), Surdos são limitados cognitivamente (2 participantes).

Gesser (2009), que embasou parte do planejamento do primeiro encontro ministrado, julga necessário que se reafirme, mesmo que repetitivamente, a legitimidade da Libras enquanto língua e, a partir de então, se aproxime o ouvinte desse “outro mundo”, o que possibilita a correção de pensamentos equivocados presentes no imaginário desses ouvintes, que reproduzem-nos não por consciência ouvintista, mas por desconhecimento da carga histórica de opressão que expressões como “surdo-mudo” ou “linguagem de sinais” têm. Exemplificando, 80% dos alunos tiveram contato com Libras antes do minicurso, entretanto a maioria deles ainda tinha pensamentos equivocados acerca de surdez, língua de sinais e comunidade surda,.

### **Sobre o atendimento a usuários surdos**

6 (60%) participantes não atendem usuários surdos, enquanto 2 (20%) os atendem menos de uma vez por mês, 1 (10%) uma vez por semana e 1 (10%) diariamente. Todos os bibliotecários que atendem a comunidade surda estão lotados na Biblioteca de Ciências Humanas (BCH), que se localiza no Centro de Humanidades I, onde funciona o curso de Licenciatura em Letras Libras, o que pode justificar maior frequência dos surdos nesta. Por outro lado, reforça a teoria de que pela predominância do português (escrito e falado) e da carência de materiais em Libras nas bibliotecas, estas tornam-se ambientes de difícil acesso aos surdos.

Os participantes que responderam “Não atendo usuários surdos” não precisaram responder as perguntas desta seção, pois o objetivo era analisar a qualidade do atendimento ao público surdo. Apenas os outros 4 responderam às questões em foco.

Sobre as estratégias de comunicação utilizadas antes do minicurso em situações de atendimento, a leitura labial e a escrita do português no papel ou no computador foram as mais marcadas (3; 75%), seguidas de gestos (2; 50%) e mímicas (1; 25%). Esse dado revela a necessidade de uma oferta contínua de capacitações em Libras aos servidores do Sistema de Bibliotecas da UFC, posto que é fundamental que se respeite a diversidade linguística dos surdos na Universidade, garantindo a utilização dos serviços em sua língua materna, não em sistemas alternativos de comunicação.

Por outro lado, todos os 4 (100%), afirmam que o atendimento aos surdos foi facilitado após o minicurso e relatam: “[...] aumentou o leque de possibilidade de comunicação, mesmo que ainda bem incipiente” (aluno B4); “O curso apresentou os sinais mais utilizados no atendimento. Ficou mais fácil a comunicação sobre empréstimos e multa, por exemplo.” (aluno

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

B5). A partir destas percepções, consideramos que o objetivo geral do minicurso foi atingido e, com isso, poderemos progressivamente atenuar as dificuldades de comunicação e, porquanto, oferecer um atendimento cada vez mais efetivo que atenda as demandas da comunidade surda usuária das bibliotecas que integram o Sistema em questão.

### **Sobre o aprendizado de Libras**

Quando questionados sobre o interesse em continuar a aprender Libras, 9 (90%) afirmam ter interesse em um aprendizado mais profundo da língua. O minicurso, que foi ótimo para 70% e bom para 30% dos participantes, possivelmente provocou a reflexão acerca da necessidade de inserir a acessibilidade linguística no contato diário com os alunos, como afirmado por eles: “O minicurso proporcionou um maior aprendizado, permitindo-me estar mais preparada para situações do cotidiano.” (A2), revelando que a comunidade surda está cada vez mais presente no dia a dia da Universidade.

Sobre as especificidades dos surdos, B2 afirma que o minicurso lhe possibilitou: “[...] entender mais sobre o universo deles e a me posicionar na forma adequada de como eles gostariam de ser tratados no momento da comunicação.”; e B5 complementa: “Ficou mais fácil atender aos usuários. Algumas informações sobre a cultura surda também ajudaram, uma vez que compreendemos alguns maus hábitos dos ouvintes com relação aos surdos.” Os discursos de B2 e B5 reconhecem a falta de empatia dos ouvintes em relação aos surdos, corroborando com os apontamentos de Strobel (2008, p. 79), que afirma: “A representação social julga a cultura dos surdos pela deles e tem a pretensão de achar que só aquilo que as pessoas ouvintes fazem é que está correto.” Positivamente, ambos se comprometem em assumir postura diferente em relação às especificidades culturais e linguísticas do público em questão.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto “Deficiência e preconceito: textos e contextos” tem papel fundamental no processo de aprimoramento do atendimento aos usuários com deficiência no Sistema de Bibliotecas da UFC. Nesse sentido, o minicurso de Libras ofertado pela SAPD se constituiu como um espaço de (re)apresentação da comunidade surda aos servidores, não mais como pessoas com déficit biológico, mas como sujeitos pertencentes a uma comunidade linguística.

A partir de então, o processo de aprendizagem da língua de maneira instrumental, voltada ao atendimento, despertou nos participantes o interesse pelo aprendizado da língua não apenas

por questões profissionais. É necessária, portanto, a oferta de capacitações contínuas e duradouras a fim de assegurar que a Universidade seja, de fato, um ambiente bilíngue e, portanto, inclusivo para os surdos.

Tendo em vista as demandas apresentadas pelos servidores durante o minicurso, a SAPD planeja o desenvolvimento de quatro produtos: um Glossário com termos do cotidiano da biblioteca em Libras, que auxiliará nos momentos de atendimento; a gravação em Libras de tutoriais de consulta ao *Pergamum* e de como localizar livros na estante; a oferta de capacitações para usuários surdos com a presença de intérpretes de Libras; e o levantamento bibliográfico das obras relacionadas à Libras, Educação de Surdos e Surdez no acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC. Além disso, a oferta de minicursos de Libras com conteúdos sequenciais está prevista para o semestre seguinte (2019.2), também para atender a solicitação dos participantes dessa primeira experiência.

Sob perspectiva mais ampla, garantir a acessibilidade linguística no que tange à barreira informacional exige que pensemos a biblioteca como um complexo de informações inacessíveis à comunidade surda. Assim, apropriar-se da proposta bilíngue passa pela ressignificação de todas as atividades desenvolvidas pelo Sistema de Bibliotecas, que devem ser pensadas não mais a partir de uma ótica unicamente ouvinte, mas que contemplem todos os sujeitos que integram a comunidade acadêmica, garantindo não apenas acesso à informação, mas participação, visibilidade e democracia na Universidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 25 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 07 jul. 2015.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GESSER, A. “Um olhar no professor surdo e outro na caneta”: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. Tese (doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Libras? Que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico:** Censo da Educação Superior 2016. Brasília: INEP, 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes para serviços de biblioteca para surdos.** 2.ed. São Paulo: A Escola do Futuro: Universidade de São Paulo, 2000. (IFLA Professional Reports: 62).

LAKATOS, E; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUADROS, R. **Educação de Surdos:** A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SKLIAR, C. **Educação & exclusão:** Abordagens socioantropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

\_\_\_\_\_. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

SOUSA, C.; SOARES, J.; VIEIRA, I.; PINHEIRO, K.; OLIVEIRA, D.; MENDONÇA, M.; CAMPOS, A.; **Biblioteca Universitária e comunidade surda:** uma proposta de acessibilidade à informação. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010. Rio de Janeiro. **Anais [...].** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre cultura surda.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto Pedagógico Curricular:** Curso de Licenciatura Letras: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Fortaleza: UFC, 2012. Disponível em: [https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt\\_BR&id=1371493](https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1371493). Acesso em: 11 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Minicurso de Libras:** ementa. Fortaleza: Biblioteca Universitária: Seção de Atendimento à Pessoa com Deficiência, 2019.

\_\_\_\_\_. **Normas Administrativas.** Fortaleza: UFC, 2018. Disponível em: <http://www.proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2017/08/normas-administrativas-ufc-v8-atual.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.